

# a transformação abstrata - uma hipótese

Cesare Giuseppe Galvan  
Centro Josué de Castro

## RESUMO

Na transformação social atual, as relações humanas se concretizam em nível sempre mais abstrato: a abstração é sempre mais concreta, a concretude, mais abstrata, "virtual". Raiz do fenômeno: ligação entre relações humanas concretas (economia monetária) e processo mental organizado, sistematizado (abstração elevada e controlada). A economia separa-se dos outros aspectos da vida. Na mundialização financeira, tais características alcançam as últimas (?) consequências. O processo milenar pode-se sintetizar: - juro (Hammurabi, séc. XVII a.C. e antes) - moeda (séc. VIII a.C.) - capital (da Idade Média à Moderna). O capitalismo: - comercial (mercantilismo) - produtivo — financeiro. Sequência não linear: não há retas entre sobressaltos e contradições. Roda em círculo e acaba onde começou: do juro ao capital financeiro. Mundialização: volta a Hammurabi.

**Palavras-chave:** abstração, capital (formação), economia e ciência, financeirização, ciência e moeda.

## ABSTRACT

In the actual social transformation human relations become concrete through abstraction. Abstraction is more concrete, concreteness more abstract, "virtual". Root of this phenomenon: some tie between monetary economy (concrete human relations) and organized mental process (higher, controlled abstraction). Economy is separated from other aspects of life. In financial mundialization such characteristics reach their final (?) consequences. The millenary process in synthesis: - interest rate (Hammurabi, XVII cent. B.C. and before) — money (8<sup>th</sup> cent. B.C.) - capital (from the Middle Ages to the Modern Era). Capitalism: - commercial (mercantilism) — productive — financial. A non linear sequence: there are no straight lines with shocks and contradictions. The stages end up in a circle where they started: from interest to financial capital. Mundialization: return to Hammurabi.

**Key words:** abstraction, capital (generation process), economy and science, financial capital, science and money.

## 1. Introdução

Muitas são as facetas que apresenta hoje o mundo em transformação. Uma é constituída pelo nível progressivamente abstrato em que se concretizam as relações humanas: a abstração torna-se sempre mais concreta, tanto assim que o nosso dia-a-dia prático está cada vez mais composto de "virtualidades". Vivemos uma *concretude sempre mais abstrata* (ou, por outro lado, uma *abstração sempre mais concreta*), haja vista a difusão do "virtual", que se tomou um aspecto dos mais palpáveis e familiares na realidade. Foi este fenômeno que emprestou, inclusive, ao

fluxo (e ao estoque!) financeiro novos meios de circulação e valorização. A concretude do "virtual" tornou-se novo instrumento para valorizar o valor, azeitando sua máquina de circulação e oferecendo novos parâmetros à própria definição de sua grandeza.

Ocorre hoje uma espécie de coroação do processo que — já bem sabemos - vem de longe, de muito longe. Vale, portanto, a pena passar uma vista, por rápida que seja, nas etapas percorridas pela humanidade (mas porque usamos o abstrato "humanidade", em vez de dizer simplesmente os "homens"?) no caminho que nos levou até este ponto. Vamos procurar entender algo do presente, olhando o passado.

Em breves palavras, descobre-se na raiz deste fenômeno uma ligação: ela conecta as relações humanas concretas que formam a economia monetária com o processo mental, que é organizado e sistematizado em níveis de abstração progressivamente sempre mais elevados e controlados. Este segundo elo do fenômeno deu forma e conteúdo à ciência moderna. Por outro lado, a ligação mencionada tomou factível a separação da economia, por um lado, e da ciência, por outro: constituíram-se ambas — economia e ciência — em campos separados perante outros aspectos da vida humana.

Percorreremos as principais etapas deste processo milenar, a saber:

- preliminar: invenção do juro (Hammurabi, segundo milênio a.C);
- a grande invenção: a moeda (oitavo século a.C);
- sublimação: transformação da moeda em capital (processo milenar completado na passagem da Idade Média à Idade Moderna). É o capitalismo (realização concreta convenientemente identificada com uma palavra abstrata!).

O capitalismo, por sua vez, pode subdividir-se em:

- comercial, típico do mercantilismo;
- produtivo, alcançado na revolução industrial;
- financeiro, predominando no século vinte (e seguintes?). Na mundialização financeira de hoje, tais características são sublimadas, levadas a suas últimas (?) conseqüências.

Propomos rever esquematicamente estas etapas que precederam a "virtualidade" atual, sua economia e suas implicações para a vida humana.

## 2. O juro

Parece que a cobrança de juro faz parte de nossas civilizações, de sua formação ancestral. De fato, ele é mencionado e regulamentado em documentos que pertencem ao começo do segundo milênio antes de Cristo. O mais conhecido é o "código" de Hammurabi<sup>1</sup>, em que o juro se encontra rigorosamente conectado a práticas de empréstimo e regulamentado por determinações pertinentes à concretude de cada um dos objetos negociados. Por exemplo, em seu § 49 diz:

Se um awilum tomou emprestado prata a um mercador e deu (como garantia) ao mercador um campo preparado para o grão ou para o sésamo e disse-lhe: "cultiva o campo, grão ou sésamo que for produzido, recolhe e leva contigo": se um agricultor produziu no campo grão ou sésamo, no tempo da colheita o proprietário do campo tomará o grão ou o sésamo que foi produzido no campo e dará ao mercador grão correspondente à (quantidade de) prata, que ele tomou emprestada, *com seus juros* e (além disso) dará ao mercador os gastos do cultivo (grifos meus)<sup>2</sup> (Hammurabi, 1976, p. 40 e seguintes).

Naturalmente, é necessário aqui parabenizar os que leram todo o texto citado sem hesitação: como está longe de nosso modo (embora mais sofisticado) de legiferar e mesmo de falar! No entanto, para nos aproximarmos um pouco mais do que significam tais dispositivos legais, podemos acrescentar alguns outros trechos das mesmas leis. Por exemplo, no final do § L, Hammurabi dispõe que "Se ele emprestou prata com juros: ele tomará por um siclo de prata como juros 1/6 de siclo e seis grãos".

Mas Hammurabi quer manter o juro dentro de certos limites. Pouco mais adiante, põe em guarda contra juros excessivos (§ M; em Pritchard, n. 90): "Se o mercador exigiu como juros mais do que [...] por 1 GUR de grão ou 1/6 de siclo e 6 grãos [por um siclo de prata] perderá tudo o

<sup>1</sup> As citações de Hammurabi foram extraídas da edição de Bouzon (Hammurabi, 1976), mas conferidas com a edição contida em Pritchard (1977), que é mais explícita em certos detalhes.

<sup>2</sup> A p. 16, na introdução, Bouzon diz: "O homem livre, em posse de todos os direitos de cidadão, era chamado awilum". As duas outras classes sociais eram os *muskênum* (classe intermediária) e os escravos. Confirmação talvez inesperada de que "A história de toda sociedade até hoje é a história das lutas de classes", como diz Marx em seu Manifesto.

que emprestou". Pune com isto juros excessivos. Em outra, disposição (§ O; em Pritchard, n. 93), prescreve uma punição para o mercador que não abateu juros já cobrados e pagos. Uma reconstrução deste texto (em estado de conservação bastante deteriorado) é a seguinte:

[Se um mercador emprestou a juros grãos ou prata e não recebeu o capital, mas recebeu os juros do grão ou da prata], e não descontou o grão [ou a prata] que recebeu e não redigiu uma nova tábua ou adicionou os juros ao capital: esse mercador restituirá em dobro todo grão ou prata que tomou.

Decidido esse Hammurabi!

O assunto de que ele tratava era já conhecido de seus antecessores. Por exemplo, as Leis de Eshnunna, que se podem datar entre o ano 2000 a.C. e o próprio reino de Hammurabi, prescrevem que "a cada shekel (de prata) será acrescido 1/6 de shekel e seis grãos como juro"<sup>3</sup> (Pritchard, 1977, p. 134, item 18A).

Um aspecto destes textos é particularmente interessante. O que todos eles mostram é que as definições legais se prendem a descrições concretas dos objetos emprestados: as próprias dificuldades que encontramos em interpretá-las provêm de nossa falta de familiaridade com usos quotidianos daqueles povos. Por outro lado (muito embora Pritchard use a palavra *money* para traduzir o que Bouzon traduz por "prata"), na época de Hammurabi não havia ainda moeda cunhada, no sentido próprio que apareceu mais tarde.

Este "juro concreto" (podemos chamá-lo assim) estava ligado à própria definição de cada objeto que era emprestado: vem daí que, a cada passo, o legislador especifica de que se trata, se de prata, de "grão [...]". Em todo caso, havia já uma "correspondência" entre determinadas quantidades de um bem e de outro. Isto, pelo menos, era o que a lei supunha ou estabelecia. Mas fazia-se necessário, para fins de clareza e praticidade, que as determinações legais expressassem concretamente cada objeto que fazia parte da transação. Daí o nome de "juro concreto". A mercadoria - relação abstrata - existia, mas estava ainda explicitamente ligada com sua própria concretização em cada objeto de troca.

A razão para este comportamento salta (hoje!) aos olhos à primeira vista: esses povos não possuíam moeda. Ocasionalmente, a prata podia servir como medida geral de valor (ou quase), mas sua apresentação e utilização estavam sujeitas à ulterior pesagem e ao controle de qualida-

<sup>3</sup> Originalmente, o *shekel* era um peso; tornou-se medida de valor.

de, tal como qualquer outra mercadoria que entrasse no escambo. O intermediário geral, o "dinheiro" da época, não era representado, em moeda. Há autores - por exemplo, Davies, 2002: *passim* - que falam nesse contexto em "moedas primitivas". Com a ausência de moeda cunhada, faltava definir o nível de abstração em que as relações dos negócios (inclusive os juros) estavam sendo definidas. O próprio nível do juro (1/6) corresponde a um uso concreto desses povos em suas abstrações matemáticas: o sistema numérico sexagesimal.

Do ponto de vista institucional, temos, portanto, já durante todo o segundo milênio antes de Cristo, a cobrança de juros, com as operações bancárias operadas até por particulares, contudo mais tipicamente nas mãos de instituições públicas, políticas ou sagradas. Nas palavras de Davies (2002, p. 50),

A segurança dos depósitos estava mais facilmente assegurada nos templos e nos palácios reais que em casas particulares, e assim era bastante natural que as primeiras operações bancárias fossem operadas por oficiais do rei ou do templo.

Portanto, quando uma nova civilização se formou no mar Egeu, nas proximidades da Mesopotâmia, a prática do juro e as instituições relativas a depósitos e empréstimos eram já conhecidas. Mas faltava o instrumento principal para esses procedimentos. Temos a juros e bancos. A estimativa do valor mercantil poderá valer-se de comparações com outras mercadorias, eventualmente, com a prata. Mas não temos moeda cunhada, com o grau concreto de abstração que nela se corporifica.

Não podemos concluir este ponto sem reparar numa característica do dinamismo adquirido com a instituição dos juros e dos bancos: a "virtualidade", determinando o movimento dos negócios. Seu dinamismo consiste em direcionar operações atuais rumo a um ganho futuro, que acaba constituindo a própria norma, inclusive legal, das relações sociais implicadas. De certa forma (articulada no e pelo contrato, não pela natureza) o juro está presente no próprio empréstimo: o empréstimo é juro "virtual", ou seja, virtualmente prestabelecido, dentro da relação contratual. Acabamos assim de encontrar o "virtual" já no início da história, ou quase.

### **3. A moeda**

Os gregos foram os primeiros a introduzir no Ocidente aquela medida universal de valores comerciais que é a moeda cunhada. Desconhecida ainda pelos heróis de Homero, a moeda surgiu no coração dessa

civilização entre o século VIII e o VII, antes de Cristo. Por certo, em suas origens devia estar bem longe daquela clareza e precisão na definição de funções que ela foi ostentando bem rapidamente, ao passo que se ia difundindo e provocando uma revolução nas práticas comerciais. Precisão e clareza na definição e na abstração foram as qualidades que ela mesma introduziu na vida social, na civilização grega.

Ela foi precedida, nos povos gregos e em todo o Oriente Médio, pelo uso dos meios de intercâmbio mais variados, dos quais alguns foram mencionados acima (a prata, os grãos). Muitos outros ocorreram: as já mencionadas "moedas primitivas" de Davies, por exemplo. Dessas moedas primitivas ele aduz várias definições, extraídas de outros autores. A que ele prefere é a seguinte: moeda primitiva é "todo dinheiro que não é moeda ou, como o moderno papel moeda, um derivativo da moeda"<sup>4</sup>, proposta por P. Grierson. Outra é devida a Einzig citado por Davies (2002, p. 23):

Uma unidade ou objeto que se conforma num grau razoável com algum padrão de uniformidade, que se emprega para calcular ou para executar uma grande proporção dos pagamentos usuais na comunidade em questão, e que é amplamente aceita em pagamento com a intenção de usá-la para executar pagamentos<sup>5</sup>.

De qualquer forma, no mundo ocidental<sup>6</sup> a moeda cunhada apareceu primeiro na civilização grega, na Lídia, entre finais do século VIII e começos do VII antes de Cristo. A visão simplificada de economistas modernos pode ver em sua introdução o propósito de facilitar o intercâmbio comercial, antes preso aos cálculos complicados do escambo.

<sup>4</sup> "All money that is not coin or, like modern paper money, a derivative of coin", Davies (2002, p. 23).

<sup>5</sup> Peço desculpas pelas repetições: estão no texto original. "A unit or object conforming to a reasonable degree to some standard of uniformity, which is employed for reckoning or for making a large proportion of the payments customary in the community concerned, and which is accepted in payment largely with the intention of employing it for making payments". Einzig citado por Davies (2002, p. 23).

<sup>6</sup> A China aqui é omitida. Sua história monetária poderia formar um capítulo à parte, pela simples razão de que "à parte" estão também as relações econômicas e culturais entre os povos do Mediterrâneo e o extremo Oriente. Davies procede de forma análoga, chegando à conclusão: "China had a long lead; but in the case of coinage this lead was quickly overtaken when, quite independently, a different type of coinage was invented elsewhere, using superior techniques and precious metals, which were much better for most monetary functions" (Davies, 2002, p. 56 e seguintes).

Historicamente, no entanto, vale o que afirma Davies: "O escambo não foi o fator principal nas origens e primeiros desenvolvimentos da moeda"<sup>7</sup>. Kurnitzky, por exemplo, vai ainda mais longe, especulando sobre as implicações da relação entre o templo e a origem da moeda, uma relação bastante concreta naquelas origens.

Mas fora de dúvida está a origem grega da "nossa" moeda e a velocidade de sua aceitação e definição. Foi a partir da Lídia, passando pela Iônia, que os povos gregos revolucionaram seu modo econômico de relacionamento comercial. Realizaram isto a partir de algo que, originalmente, vinha carregado de bem outras conotações: sagradas, políticas, estéticas, [...].

Mas, a partir deste começo, rapidamente a moeda foi assumindo sua forma rigorosa, ainda que talvez inicialmente insuspeitada, ao passo que se difundia por toda a Grécia e ultrapassava seus limites. Esta definição e esta difusão foram rápidas e contribuíram logo para transformar profundamente a sociedade grega, já desde o século sétimo, de tal forma que resultaram numa transição mais radical que em outros países, onde inventos análogos tinham sido realizados (a China, por exemplo). Segundo Davies,

O rápido desenvolvimento, se não a própria invenção original, da cunhagem de tipo moderno parece ter sido um catalisador essencial, mesmo que possivelmente quase acidental, no maravilhoso desenvolvimento da civilização grega. Tanto *economia*, quanto *numismática*, falando lingüisticamente e até de forma mais geral, provêm dos Gregos, embora ambos os termos tivessem então conotações diversas das de hoje: originalmente significavam *administração da casa* e *direito de alfândega* ou *moeda padrão*, respectivamente<sup>8</sup>.

A nosso parecer, as relações entre o desenvolvimento da moeda e a civilização grega não foram tão "acidentais" quanto parece pensar Da-

<sup>7</sup> "Barter was not the main factor in the origins and earliest developments of money" (Davies, 2002, p. 23).

<sup>8</sup> "The rapid development, if not quite the original invention, of coinage of a modern type appears to have been an essential, if possibly almost accidental, catalyst in the astonishing development of Greek civilization. Both *economics* and *numismatics*, linguistically and more generally speaking, come from the Greek, originally meaning *household management* and *custom or currency* respectively, though both these terms naturally had rather different connotations than now" (Davies, 2002, p. 58).

vies. Podem-se lera respeito, por exemplo, os trabalhos de Müller e de Sohn-Rethel, indicados na Bibliografia.

As conexões com tradições sagradas, políticas e sociais não impediram que, já na Grécia do século VII antes de Cristo, o próprio conceito de moeda se impusesse, digamos assim, em toda sua pureza. Foi deste modo que pensadores de várias tendências puderam analisar suas propriedades e deduzir conseqüências com as quais nem todos concordavam. Foi com base em definições abstratas, de princípio, por exemplo, que Aristóteles condenou o uso da cobrança de juro (ôîêîò) bem difundido na Grécia daqueles tempos. Conceitos-chave em sua argumentação eram: a moeda como puro meio, simples instrumento; e sua esterilidade.

A este propósito, cabe talvez lembrar que o nível de análise em que se situa Aristóteles ocorre no mesmo "estado puro da razão", ou seja, no mesmo nível e rigor de abstração que está bem presente nos melhores textos de Schumpeter sobre a moeda, lá, onde ele bem se cuida de distinguir e até de filtrar o sentido que uma definição de "moeda" pode e deve ter, separando-a, inclusive, pacientemente, de considerações históricas, sociológicas, antropológicas e outras. Tal "separação" (típica do processo de abstração, é necessário acrescentar) ocorreu primeiro na própria realidade, antes mesmo de ser pensada por Aristóteles ou por qualquer outro economista. Tornou-se inevitável distinguir e separar qualidade de quantidade, colocando a moeda, com sua qualidade de instrumento, no campo meramente quantitativo de medida do valor.

A propósito do nível de difusão da moeda cunhada naqueles primeiros tempos, bastará lembrar o feito realizado pelas gestas de Alexandre Magno, cujo resultado monetário é assim resumido por Davies (2002, p. 110):

Felipe II, com seus preparativos financeiros, econômicos e militares para avançar contra a Pérsia, ajudou Alexandre rumo a seus sucessos admiráveis que levaram à mais rápida extensão de um *único sistema monetário na história mundial* — até o advento do euro em 2002<sup>9</sup> (grifos nossos).

Com Alexandre, o sistema monetário ocidental grego passou a caracterizar as economias de todo o Mediterrâneo e de boa parte da Ásia

**<sup>9</sup> "Philip II's financial, economic and military preparations to advance against Persia helped Alexander towards his astonishing successes which led to the most rapid extension of any single monetary system in world history - until the advent of the euro in 2002."**

Ocidental. Uma extensão que alcançou bem além dos limites que mais tarde seriam atingidos pelo próprio Império Romano.

Alguns pontos merecem destaque. Antes de tudo, o nível de abstração da moeda. Como mencionamos, já naqueles tempos ela apresentava aquelas exigências de precisão que forçariam, por exemplo, um Schumpeter a dedicar uma obra inteira à sua definição. Um canto do cisne, com publicação póstuma, mas preparado desde a juventude (Schumpeter, 1970). O nível de abstração exigido, imposto e praticado por Schumpeter já está concretamente embutido na moeda grega, o que implica uma exigência de precisão e pureza de conceitos e uma elaboração de cálculo que se tomam presentes até na vida quotidiana.

Esta precisão quer do ponto de vista de sua definição conceitual, quer do processo de quantificação, teve muito a ver inclusive com o desenvolvimento e a difusão da filosofia e da ciência gregas. Com isto, além de legar ao mundo ocidental um sistema monetário, a Grécia deixa em herança também as primeiras grandes elaborações e sistematizações da ciência, entendida com a inclusão de seus últimos fundamentos, suas bases filosóficas.

Mas cabe aqui uma nota bem pouco marginal: continua a prática preexistente do juro, embora haja quem já comece a desconfiar dele. Quanto às instituições, essas não faltam, sobretudo em Atenas: bancos grandes, bancos pequenos e até quebras de bancos; com os problemas anexos e conexos, como, por exemplo, a herança. Demóstenes teve oportunidade de defender um dos maiores banqueiros, Fórmio, contra um dos herdeiros de outro, Pasio, que tinha sido seu protetor. Para ver como essas instituições se articulavam nas relações sociais da época, e as revolucionavam, baste lembrar que Pasio era escravo alforriado; na administração do banco, contou com o trabalho de seu escravo Fórmio, que ele, por sua vez, alforriou, nomeando-o depois tutor de seu filho menor. Daí que, mais tarde, o filho maior implicasse com Fórmio pelos

É bem verdade que alguns autores - o mais notável e notado é naturalmente Aristóteles — já começam a levantar objeções de ordem ética contra a prática do juro. No entanto, tais discursos, mantidos em nível muito elevado de abstração e de análise, não incidem nos negócios. Ocorre, sim, um paralelo com certas considerações bíblicas, presumivelmente anteriores ou só parcialmente contemporâneas da obra do estagirita, mas cujo significado e conteúdo teórico estão bem longe da clareza de formulações atingida na filosofia grega. Esta identifica primeiro a moeda como mero meio, instrumento, para daí extrair conclusões

contra a cobrança de juro, enquanto as restrições bíblicas se concentram na defesa dos pobres (os *anawim*) perante práticas sociais de exploração dos necessitados: uma literatura mais de denúncia moral de certos abusos que de análise ética<sup>10</sup>.

Maior desenvolvimento tomará esta questão na Idade Média, quando representará, ao mesmo tempo, uma tomada de posição concreta da Igreja contra a usura, sobretudo perante os judeus e, por outro lado, contará com um corpo teórico (a teologia e a filosofia escolásticas) que dispõe ao mesmo tempo das fontes bíblicas e da releitura de Aristóteles, trazido de volta ao Ocidente pelos sábios árabes: estes eram discípulos de Maomé, profeta contrário à usura.

Se não houvesse tantas implicações sociais na concretização da prática de cobrar juros, seria de se admirar que tais bases levassem à autêntica guerra psicológica (e terá sido meramente psicológica?) contra a usura. De fato, o juro é um procedimento surgido em tempos imemoriais, antes do momento em que o dinheiro se transformou em moeda cunhada e que, com profundas tradições históricas, caracterizou práticas e se consolidou em instituições que dificilmente vão deixar de permanecer como estruturas importantes na sociedade. Isto não decorre da revolução capitalista moderna, à qual prestou e presta os mais amplos serviços. Já era tradição nos tempos de Hammurabi.

## 4. O capital

Temos, então — herança do mundo antigo — duas claras definições de fenômenos que caracterizam o tratamento social do valor. Em ordem cronológica, primeiro aparece o juro (adicional cobrado sobre o valor que foi emprestado): esta é quase uma raiz histórica de um movimento profundo na modificação das relações do homem com o homem, na natureza: introduz e sofisticava o critério quantitativo.

Num segundo momento, surge a moeda, que se situa em nível de abstração mais elevado, controlado e rigorosamente definido, nível que ela mesma introduz, pratica e impõe. Em outras palavras, a abstração

<sup>10</sup> Sem entrar no âmago da discussão (para nosso assunto, de importância secundária) podem-se indicar uns textos que deram origem à questão da usura. De Aristóteles pode-se conferir *Política*, livro I, cap.3, parágrafo final, onde claramente todo o raciocínio desenvolve uma análise da moeda como meio de intercâmbio. Da Bíblia, podem-se ler, por exemplo: Ex., 22,24; Lev., 25,35-37; Deut., 23, 19; Neh., 5; Prov., 28, 8; Ez., 18, 5-10; 22,12. São textos que, a nosso ver, não condenam o juro em si e por si, mas seus abusos.

conta concretamente, na civilização impulsionada pelos gregos, com a moeda cunhada, um instrumento que tende a se tornar dono: dominará a economia através de sua evolução até revolucionar-se a si mesma nos tempos modernos.

Terceiro momento. É quando a moeda alcança, no sistema capitalista, que seu movimento de valorização (quantitativa!) se torne a própria razão de ser do movimento global da sociedade. Pela primeira vez, o próprio processo de produção já é definido por sua característica de geração de aumento do valor em sua abstração. E é como tal e para tal que se organiza. Aquela articulação anterior, em que o portador do valor (a moeda) se movimentava rumo a seu próprio aumento, agora penetra no processo de produção e o determina. No entanto, as propriedades anteriores do sistema (valor abstrato concretizado na moeda, e processo de aumento quantitativo do valor) continuam, agora potencializadas pelas novas relações que caracterizam o processo capitalista de produção.

É assim que o capital aparece sob três formas:

- 1) capital comercial, no qual, já conforme sua própria tradição, vende sistematicamente mais caro do que adquiriu;
- 2) processo capitalista de produção, a grande revolução do capital, que acrescenta às mercadorias iniciais maior valor do que o da força de trabalho usada em produzir;
- 3) e capital financeiro, que continua a contar com o instrumento mais antigo de todos, o juro, relacionando o valor inicial com o valor visado num processo de sucessivos acréscimos no tempo.

A grande revolução histórica do capital está na segunda forma: a produção de mais valia.

As três formas do capital contam cada qual com suas instituições: capital comercial, capital produtivo e capital financeiro. Corporificam-se em instituições especializadas: firmas comerciais, industriais e financeiras. Boa arrumação, ao que parece, digna das "Harmonias econômicas" de um Bastiat. No entanto, já uma primeira olhada mostra que estas definições servem pouco mais que "para inglês ver". De fato, qualquer uma destas instituições capitalistas trabalha nos três níveis e nem sempre dedica preferencialmente suas atividades às tarefas que correspondem à sua "especialidade". Por dentro do capital industrial estão, por exemplo, todas as implicações dos outros dois: não há produção sem financiamento e sem comércio. E o capital financeiro se constitui como a unidade do capital, *tout court*.

Mas o capital gera também outras ligações entre os diferentes níveis de definição da atividade social. Dentre as principais, destaca-se o aprofundamento do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza o capitalismo. Um traço bem marcante deste fenômeno, na forma como ele se apresenta, sobretudo nos séculos recentes, é a relação sempre mais sistêmica entre fórmulas abstratas e aplicações concretas. As formulações científicas contam, a partir de fins da Idade Média, com uma matemática que Spengler denomina de "fáustica", ou seja, destinada não só a formalizar o conhecimento do real, mas também a modificá-lo, a dominá-lo.

A característica "fáustica" da abstração matemática já se tinha desenvolvido, até certo ponto, antigamente, no mundo da moeda e de seus usos, inclusive na formação do capital financeiro, que precedeu de séculos o salto de qualidade que o capital completou ao tornar-se capital produtivo. A mesma característica (fórmula abstrata, aplicação concreta) define tradicionalmente toda a contabilidade e hoje passou a dominar a formação, por exemplo, da engenharia moderna, uma das maiores sínteses do abstrato com o concreto.

No meio da riqueza destas concretizações, um dos fenômenos que caracterizam o desenvolvimento mais recente do capital é o predomínio crescente do capital financeiro. Depois de seus processos fundadores (melhor: refundadores), a partir do fim da Idade Média, o capital financeiro assume progressivamente papéis cada vez mais protagonistas, até entrar num ritmo de avanço que perpassa todo o século XX e em suas décadas finais assume formas e práticas mais aprofundadas em nível mundial, tais que mereceram o nome de "globalização", embora melhor seria denominar esta fase como "mundialização financeira".

## **5. Será possível concluir?**

Perante o movimento atual de "mundialização financeira", nossa proposta não se concentra em sua definição direta, mas, ao contrário, consiste em tentar identificar heranças históricas que a precederam e prepararam. Perguntamos quando e onde surgiram as instituições que compõem o quadro da mundialização financeira e se desenharam seus traços definidores: para responder tivemos que recuar. Recuamos muito, talvez demais. Mas um breve esquema desses milênios tornou-se factível. Temos aí as etapas: juro (e bancos) — moeda cunhada — capital (produtivo, comercial e financeiro), num vôo de milênios.

Nesta fase final, a antiga seqüência histórica "juro - moeda - capital" completa-se na outra: "capital comercial — produtivo — financeiro". Ambas apresentam sucessões cronológicas que se tornam simultaneidades e implicações recíprocas. Tais seqüências são lineares só nas aparências, pois não há linhas retas onde tudo se passa por sobressaltos e contradições. Ao sintetizá-las em etapas (empacotando quatro mil anos ou mais), acabamos por perceber que este movimento completou uma espécie de círculo que reserva uma pequena surpresa: acaba lá, onde começou. O percurso avançou do juro ao capital financeiro. A hipótese: a mundialização financeira é o retorno a Hammurabi.

Moral da História. Uma característica sempre esteve presente na formação destas instituições sociais: é o dinamismo da passagem do menos ao mais, uma espécie de imposição da quantidade sobre a qualidade que, no caso da moeda, se vale de uma inovação profundamente qualitativa, a cunhagem com suas implicações e sua exigência de definição e precisão.

Hoje, este impulso "puramente" quantitativo — do menos para o mais - domina todas as definições do movimento da sociedade, ou, pelo menos, trata de dominá-las. Se nem sempre o consegue, isto se deve a um dado um tanto estranho, que a este ponto pode até ser considerado paradoxal: os homens continuam a nascer homens, com todas as complexidades, complicações e cumplicidades que a raça humana sempre teve. E a simplificação das relações materiais devida ao uso da moeda tornou-se um fator complicador adicional. A simplicidade complica.

Quanto ao impulso do capital, este compõe-se de dois aspectos, qualitativo e quantitativo: qualitativamente, o foco é concentrado no dinheiro, em seu valor; quantitativamente, a definição do movimento está no aumento deste valor. Já houve um economista (machista!) que apelidou este padrão de definição de "teoria do guarda-roupa de minha mulher": pois neste guarda-roupa o que importa não é quantas nem quais roupas lá estão, e sim o ritmo de sucessivas aquisições, o aumento".

Uma ulterior característica da fase atual pode-se captar nas sucessivas alterações profundas no campo das técnicas, uma espécie de culminação daquela transformação científica e tecnológica de que falamos acima, articulada à presença social da moeda e a seu desenvolvimento. Isso pode ser bem identificado como uma nova revolução tecnológica, penetrando em todos os desvãos da sociedade. Novas tecnologias revolu-

**" Peço desculpas por não conseguir lembrar o título do texto. Mas posso garantir que li. O economista é Fritz Machlup.**

cionam progressivamente todos os âmbitos da vida humana, transformando por dentro inclusive o operar daquelas três lógicas que caracterizam o movimento do capital. Devido a estas inovações, comércio, produção e financiamento já não se processam mais da mesma forma que se usava até bem pouco tempo atrás. Sempre foram "virtuais". Tornaram-se mais "virtuais", ou seja: a tecnologia entranhou a "virtualidade" em seu próprio operar. Interiorizaram, e aprimoraram uma qualidade que primeiro se manifestou no juro sobre os empréstimos. A volta a Hammurabi penetrou também na tecnologia, redefiniu-a.

Por outro lado, neste quadro, a inovação tecnológica apresenta traços um tanto estranhos, sobretudo na aplicação de seus inventos às três "lógicas" do capital. Nestas aplicações, ela serve fundamentalmente para consolidar posições já adquiridas e para olear o funcionamento do sistema social estabelecido. Em outras palavras, o sistema social se consolida sempre mais em seus traços profundamente (diríamos: rigidamente) conservadores: aquilo que determina o atual movimento é a manutenção, quase uma garantia, daquela estrutura social que o capital veio construindo no último meio milênio.

Em resumo, o que vimos pode sintetizar-se num conjunto de hipóteses, cuja comprovação, se não foi aqui desenvolvida, foi pelo menos indicada.

O eixo central encontra-se na invenção, na introdução e na história da moeda cunhada. Acrescente-se que foi precedida pela prática do juro. As implicações e as articulações desta inovação social levaram quer o comportamento econômico, quer o padrão geral de atuação e pensamento na sociedade a um refinamento do processo de abstração, alcançando níveis "nunca dantes navegados". Tais dinamismos sociais, "novos" para os antigos gregos, constituíram parte de uma mudança civilizacional profunda: aquela que Jaspers (1949) denominou de "idade axial", embora sem explicitar o papel - a nosso ver fundamental - que a moeda desempenhou nesta transformação.

Ao mesmo tempo, podemos perceber sinais de que a História (aqui por primeira vez com maiúscula) tem "origem e finalidade", conforme reza o próprio título de Jaspers. Origem e finalidade um tanto, digamos assim, curiosas, pois um dos elementos que se gerou quase no começo das civilizações, o juro, acabou tornando-se como que o fiel da balança. E tal permanece mais de quatro mil anos depois. Junto com ele e com as instituições que o realizam hoje, desenvolveu-se um "mecanismo social" cada vez mais exigente de precisão quantitativa e qualitativa. No entanto, seus resultados, pelo menos até o momento, são no mínimo

nebulosos, sobretudo se mantivermos no centro do foco as perguntas que vimos fazendo, ao passo que íamos examinando avanços e tropeços da história. Quanto mais predomina este padrão de definição das variáveis que estrutura a sociedade, tanto mais indefinida está a previsibilidade.

Vimos que, no cerne deste sistema, está algo que já conta com pelo menos quatro mil anos. Isso traz à memória a observação de Toynbee<sup>12</sup>:

No campo da tecnologia também não há correlação invariável entre o domínio de novas técnicas e o progresso da civilização; [...] em nosso panorama de sociedades interrompidas, [vimos que] as sociedades podem *permanecer estáticas* mesmo apesar de que a *técnica se aperfeiçoe* (grifos nossos).

Se bem observarmos o que as novas tecnologias produzem no cerne da estrutura da sociedade, ao "globalizá-la", podemos encontrar a explicação (ou é só constatação?) no velho ditado francês: *plus ça change, plus c'est la même chose*; ou em Lampedusa: "tudo deve mudar para que tudo fique igual".

O processo vem de longe, como vimos. Talvez tenhamos ido longe demais em especulações e lembranças. Mas não há como negar as realidades que caracterizaram tempos tão distantes e continuam atuando e dominando nossa civilização. A começar pela "virtualidade" já presente em tempos tão remotos, quando o juro começou a se afirmar como relação econômica. Em nossa viagem pelos milênios, encontramos primeiro a invenção do juro. E concluímos em sua intronização como definidor da própria história.

## Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES, *Política*, in *Obras*, Madri: Aguilar, 1977, pp. 1401-1569.
- DAVIES, Glyn, *A history of money. From ancient times to the present day*, Coop. Julian Hodge Bank Limited, 3. ed., Cardiff: University of Wales Press, 2002.
- EINZIG, Paul. *A textbook on foreign exchange*. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1966.
- GALVAN, Cesare Giuseppe, *Ciência e moeda. Ensaios sobre a teoria de Sohn-Rethel*, Recife: Centro Josué de Castro; João Pessoa: Curso de Mestrado em Economia da UFPB, 2001.

<sup>12</sup> "In the field of technology too there is no invariable correlation between the mastery of new techniques and the progress of civilization; [...] in our survey of arrested societies, the societies may remain static even though technique improves" (Toynbee, 1979, p. 137a).

- HAMMURABI, *O código de Hammurabi*. Introdução e comentários BOUZON, E., Petrópolis: Vozes, 1976, 116 pp.
- JASPERS, Karl, (1949), *Von Ursprung und Ziel der Geschichte*, 8. ed., München: Piper, 1983, 349 pp.
- KURNITZKY, Horst, *Triebstruktur des Geldes. Ein Beitrag zur Theorie der Weiblichkeit*, Berlin: Wagenbach, 1974, 170 pp.
- MARX, Karl, *Das Kapital*. Dritter Band: Der Gesamtprozeß der kapitalistischen Produktion, Berlin: Dietz, 1977 (MEW, Band 25).
- MÜLLER, RudolfWolfgang, *Geid und Geist. Zur Entstehungsgeschichte von Identitätsbewusstsein und Rationalität seit der Antike*, Frankfurt/Main: Campus, 1977, 423 pp.
- PRITCHARD, James B., *The Anciet Near East. An anthology of texts and pictures*. Sixth edition, Princeton Paperback Printing, Princeton: Princeton University Press, 1973. 1 vol., xix, 380 pp. ilus.
- SCHUMPETER, Joseph Alois, *Das Wesen des Geldes*, Gottingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1970.
- SOHN-RETHEL, Alfred (1899-1989), *Geistige und körperliche Arbeit. Zur Epistemologie der Abendländischen Geschichte*, Revidierte und ergänzte Neuauflage, Weinheim: VHC, Acta Humaniora, 1989.
- TOYNBEE, Aniol Joseph (1889-1977), *A study of history*, Abridgment of vol. i-vi by D. C. Somervell, Repr. New York: Dell, 1965.
- \_\_\_\_\_ (1889-1977), *A study of history*, A new edition revised and abridged by the author and Jane Caplan. New York: Weathervane, 1972, 576 pp. il.
- \_\_\_\_\_ (1889-1977), *A study of history*, Abridgment of vol. i-vi by D. C. Somervell, Repr. New York: Dell, 1979.
- TUCIDIDES, *Guerra do Peloponeso*, cap. 1,5s.
- VICO, Giambattista (1668-1744) (1744), *La scienza nuova*, Introduzione e note di Paolo Rossi, Milano: Rizzoli, 1977, 765 pp.
- VITI, Fabio, "Sika: moneta, tesoro e valore tra i Baoule della Costa d'Avorio", *Problemi del Socialismo*, ns.7/8 - nuova serie, 1991, jan.-fev., pp. 173-205.